



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ARP nº 31/2021

PROCESSO nº. 0000588-13.2021.6.22.8000 - SEI

PREGÃO ELETRÔNICO nº. 17/2021(SRP)

A UNIÃO, através do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**, inscrito no CNPJ sob o nº 04.565.735/0001-13, com sede à Avenida Presidente Dutra, nº. 1889, Baixa União, CEP: 76.805-859, Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, por intermédio de sua Diretora Geral, senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 294.893-SSP/RO e do CPF nº. 475.106.849-00, doravante denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR, RESOLVE**, nos termos da Lei 8.666/1993 e do Decreto 7.892/2013, em face das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico supramencionado, **REGISTRAR O PREÇO DOS PRODUTOS ABAIXO DISCRIMINADOS**, conforme descrito no Anexo I do Edital de Pregão respectivo, da licitante **SUELLEN BEZERRA SILVA**, inscrita no CNPJ sob o nº. 35.842.972/0001-08, com sede a Rua Cassiopeia, 381 – Térreo - sala 02 – Santo Agostinho. Manaus AM. CEP 69.036-600. Telefone(s): (92) 33023473, e E-mail(s): E-mail: sbsbrasildistribuidora@gmail.com, suellenbzrrasilva@gmail.com, neste ato representado pela senhora **SUELLEN BEZERRA SILVA**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 26825660/SSP-AM e do CPF nº. 019.647.772-75, doravante denominada simplesmente **ADJUDICATÁRIA**.

1.1. Ficam registrados para os itens abaixo especificados os seguintes preços:

Item	Especificação	Unid	Quant	Valor Unit. R\$	Valor total, R\$
01	Item 16 do Edital. Probiótico, composição: saccharomyces cerevisiae, concentração: 100 milhões,ml, forma farmacêutica: suspensão oral. Marca: Infan/Hebron.	Flaconete 5ml	250	3,70	925,00
Valor Total da ARP, R\$					925,00



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

1.2. No Anexo II do instrumento convocatório são apresentados os quantitativos estimados para aquisição, os quais serão adquiridos de acordo com a necessidade e conveniência do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, mediante a expedição de Nota(s) de Empenho de Despesa.

1.3. O prazo de entrega dos materiais é de, no máximo, 30 (trinta) dias consecutivos, a contar da data de recebimento da(s) Nota(s) de Empenho de Despesa.

1.4. O material solicitado deverá ser entregue na Seção de Assistência Médica e Social do Tribunal Eleitoral Regional de Porto Velho –RO situado na Av. Presidente Dutra, 1889, bairro Baixa da União, CEP: 76.805-859, mediante prévio agendamento, por meio dos telefones nº (69) 3211-2041 / 3211-2044 / 3211-2039 / 3211-2000.

1.5. A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, sendo facultada a realização de licitação específica - ou por outros meios previstos na legislação de licitações -, para a aquisição pretendida, assegurado ao detentor do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

1.6. A presente Ata de Registro de Preços tem prazo de vigência de 12 (doze) meses, a contar de sua publicação no órgão oficial da Administração, não podendo ser prorrogada.

1.7. No TRE-RO, a Gestão do presente objeto será realizada pelo(s) titular da Seção de Assistência Médica (SAMES), ou por quem suas vezes fizer, cabendo-lhe, nessa condição, as atribuições previstas na Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008.

1.8. Não houve adesão ao cadastro reserva desta Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim acordados, lavrou-se o presente instrumento, que após lido e achado conforme foi assinado pelas partes por meio do Sistema Eletrônico de Informação – SEI do TRE-RO, e pelas testemunhas abaixo.

Porto Velho-RO, 05 de novembro de 2021.

LIA MARIA ARAÚJO LOPES

Pelo TRE-RO Órgão Gerenciador

Fábia Maria dos Santos Silva

CPF: 567.849.102-49



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Testemunha



Documento assinado eletronicamente por **SUELLEN BEZERRA SILVA, Usuário Externo**, em 05/11/2021, às 14:54, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 05/11/2021, às 15:25, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS ROBERTO CAVALCANTI DA SILVA, Técnico Judiciário**, em 08/11/2021, às 09:06, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 08/11/2021, às 16:43, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0757938** e o código CRC **FC5DACCA**.

0000588-13.2021.6.22.8000

PROCESSO: 0000588-13.2021.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E SOCIAL

ASSUNTO: Final de Pregão Eletrônico - RP - contratação de pessoa jurídica para fornecimento de material de consumo farmacológico. Petição de desistência de proposta. **Análise.**

PARECER JURÍDICO Nº 182 / 2021 - PRES/DG/AJDG



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

I – RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo instaurado por solicitação da Seção de Assistência Médica e Social – SAMES, com o objetivo de eventual **aquisição de material de consumo farmacológico**, por via Sistema de Registro de Preços, a fim de atender as demandas de atendimento direto aos beneficiários do SAMES ([0656142](#)).

02. Após regular tramitação, juntou-se aos autos a minuta do Edital do Pregão Eletrônico e seus Anexos (0738342), a qual logrou aprovação por esta unidade, por meio do Parecer Jurídico nº 137/2021 - PRES/DG/AJDG (0739186), convertendo-se no Edital de Pregão Eletrônico nº 17/2021 (0739998), após realização de ajustes decorrentes do cancelamento da participação da 17ª Brigada de Infantaria de Selva/RO nesta licitação efetuada pelo sistema (Certidão nº 12/2021 – PRES/DG/SAOFC/COMAP/SLC - 0739975).

03. Os documentos comprobatórios da divulgação do instrumento convocatório foram juntados no evento 0739975.

04. Não houve pedido de esclarecimento nem impugnação ao Edital.

05. Na sequência, vieram aos autos os seguintes documentos extraídos do certame:

a) Relatório de propostas (0745885);

b) manifestações da unidade técnica – SAMES – solicitadas pelo pregoeiro quanto as propostas apresentados pelas licitantes durante o certame (0746430);

d) documentos de habilitação das empresas que tiveram suas propostas aceitas (0747108, 0747110, 0747112 e 0747114).

06. Na continuidade o Pregoeiro trouxe aos autos a Ata do certame (0747175), o Resultado por Fornecedor (0747177), o Termo de Adjudicação (0747182) e o Resultado de Licitação publicado (0748082).

07. Por fim, em seu Relatório nº 36/2021 – PRES/DG/SAODC/COMAP/SLC (0748083), o pregoeiro relata as principais ocorrências da competição.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

08. Na informação nº 36/2021 – PRES/DG/SAOFC/COMAP/SLC (0750316), o Pregoeiro comunica os pedidos de desistência e cancelamento do item adjudicado pela empresa SUELLEN BEZERRA SILVA, CNPJ 35.842.972/0001-08 (0750314 e 0750315), e manifesta-se pelo seu indeferimento em razão da vinculação da empresa à sua proposta, do julgamento objetivo por item e por estarem expirados os prazos recursais e a sessão achar-se encerrada.

09. Assim, vieram os autos para análise desta Assessoria Jurídica (0748090 e 0750319). **É o breve e necessário relato.**

II – ANÁLISE JURÍDICA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2021

10. Desencadeada a fase externa da competição, nota-se a observância do art. 4º, inc. V, da Lei nº 10.520/2002 c/c art. 25 do Decreto Federal nº 10.024/19, dando-se a devida divulgação do aviso de licitação, com observância do prazo mínimo de 08 (oito) dias úteis da publicação para o recebimento das propostas, em atendimento ao disposto no citado Decreto (0740513).

11. Na publicação do aviso consta a definição do objeto e a indicação do local, dias e horários em que poderá ser obtida a íntegra do Edital e o endereço eletrônico onde ocorrerá a sessão pública, com a data e hora de sua realização, em observância ao art. 4º, inc. II, da Lei nº 10.520/2002.

12. Destarte, passa-se à análise do procedimento propriamente dito, tomando-se os elementos constantes dos autos e as ocorrências contidas no relatório do Pregoeiro:

a) Pedido de esclarecimentos e impugnação ao Edital:

Não houve.

b) Desclassificação da proposta de forma sumária – item 6.2 do edital: Não houve.

c) Lances: Os lances estão registrados em demonstrativos do sistema COMPRASNET (0745885) e na ata do certame (0747175). Não houve recusa de lances.

d) Fases de negociação/aceitação: As ocorrências estão registradas na ata do certame (0747175) e relatadas pelo Pregoeiro



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(0748083). As justificativas apresentadas demonstram que o Pregoeiro, acertadamente, aplicou de forma objetiva os critérios de aceitação de propostas estabelecidas no instrumento convocatório.

e) Item deserto: Para os itens 2, 15, 23, 32, 42, 50, 52 e 54 não houve interessados.

f) Item fracassado: Os itens 1, 30, 43, 45, 46 e 55 restaram fracassados, negociação infrutífera.

g) Fase de Habilitação: Analisados os documentos habilitatórios, o Pregoeiro declarou habilitados os licitantes EREFARMA PRODUTOS PARA SAUDE EIRELI para os itens 3, 4, 13, 18, 19, 22, 26, 28, 29, 33, 35, 37, 38, 39, 40, 41, 44 e 49 (**0747108**), FARMA TOP MEDICAMENTOS EIRELI para os itens 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 17, 20 e 21 (**0747110**), PONTOMEDI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA para os itens 24, 25, 27, 31, 34, 36, 47, 48, 51 e 53 (**0747112**) e SUELLEN BEZERRA SILVA para o item 16 (**0747114**).

Nesta etapa, o pregoeiro também registrou que o sistema constou a presença de ocorrência impeditivas indireta da empresa ERAFARMA. No que diz respeito a esta funcionalidade do SICAF, convém transcrever a notícia veiculada no sítio eletrônico do extinto Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, sucedido pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPDG):

Para dar mais segurança aos gestores públicos e ampliar a transparência dos processos licitatórios realizados pelo governo federal, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) implantou uma nova funcionalidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (...). Já na semana passada, o mecanismo tornou possível a verificação do CPF de todos os sócios de uma empresa. (...)

A regra implementada realiza o cruzamento de informações referentes a ocorrências impeditivas indiretas do fornecedor e visa evitar possível tentativa de burla à penalidade de inidoneidade e de impedimento de contratar ou licitar com a Administração Pública, por intermédio de constituição de outra sociedade empresarial, pertencente aos mesmos sócios e que atue na mesma área.

O Tribunal de Contas da União manifestou-se no Acórdão nº 1.831/2014 – Plenário e Acórdão 2.218/2011 - 1ª Câmara, nos quais considerou a possibilidade de extensão de sanção de inidoneidade a outra empresa, por ter havido tentativa de burla a penalidade outrora imposta, utilizando a Egrégia corte de contas do instituto da desconsideração da personalidade jurídica.

Deste modo, a informação apresentada no sistema serve apenas como um alerta, e deverá haver análise caso a caso para fins de comprovação de fraude a qual pode ser caracterizada, dentre outros motivos, por aqueles informados nos acórdãos supracitados.

Assim, constatado o alerta da restrição citada, devem ser avaliadas as circunstâncias, os fatos concretos e os indícios de que houve a criação ou uso de pessoa jurídica exclusivamente com o intuito de possibilitar a burla da pena administrativa anteriormente aplicada.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Havendo indícios suficientes, é necessária a convocação do fornecedor para se manifestar, garantindo a oportunidade de ampla defesa e o contraditório. Consequentemente caso se constate fraude, isso implicará na extensão da decisão pelo impedimento de contratar ao CNPJ consultado. (Disponível em: https://www.sollicita.com.br/Noticia/?p_idNoticia=11219&n=impedimento-indireto-no-sicaf. Acesso em: 20/10/2021)

Destarte, conclui-se que as licitantes com registro de ocorrência impeditiva indireta poderão ser contratadas (seja diretamente ou por meio de licitação), até mesmo porque esta ferramenta não tem o objetivo de obstaculizar as contratações públicas, mas sim alerta a Administração para que esta seja capaz de averiguar com precaução as circunstâncias, os fatos concretos e os indícios de que houve a criação ou uso de pessoa jurídica puramente com intuito de possibilitar a burla aos efeitos da sanção aplicada anteriormente a outra empresa. Neste cenário, portanto, não haverá que se falar em habilitação, devendo ser instaurado o processo administrativo para apurar os fortes indícios de fraude, suspendendo o procedimento licitatório até resolução da celeuma ou, afastando cautelarmente esse licitante para apuração da conduta, sem prejuízo da continuidade da licitação com os demais, em razão de a paralisação do certame gerar graves riscos e prejuízos ao interesse público, à luz do princípio da indisponibilidade do interesse público.

No caso ventilado, o pregoeiro, após analisar os dados elencadas no tópico 5.4 de seu relatório (0748083), entendeu não haver elementos suficientes para configurar possível tentativa de burla à penalidade de declaração de inidoneidade aplicada a empresa APOTEK COMERCIAL EIRELI, por intermédio da constituição da licitante citada. Assim, não há indícios concretos de fraude capaz de promover a desconsideração da personalidade jurídica da empresa licitante, nem, consequentemente, de obstar o andamento regular do certame ventilado.

A título complementar, traz-se à colação o posicionamento presente no seguinte trecho do Acórdão 1.831/14 – Plenário do TCU:

Voto:

(...)

6. Em meu modo de ver, três características fundamentais permitem configurar a ocorrência de abuso da personalidade jurídica neste caso:

- a) **a completa identidade dos sócios-proprietários;**
- b) **a atuação no mesmo ramo de atividades;**
- c) **a transferência integral do acervo técnico e humano.** (sem grifos no original)

Levando isso em consideração, in casu, a Administração careceria da presença de outros elementos capazes de evidenciar de forma contundente a fraude por parte da empresa licitante, a se somarem àqueles



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

que o pregoeiro apontou. Assim, não se pode sustentar a desconconsideração da personalidade jurídica, não havendo irregularidade na habilitação ocorrida no procedimento em análise.

Caso a autoridade competente infira de forma diversa ao posicionamento do pregoeiro quanto a desconconsideração da personalidade jurídica da empresa, será imprescindível a instauração de procedimento administrativo para apuração minuciosa da conduta, observando o contraditório e ampla defesa.

Embora se entenda não ser o caso de desconconsideração de personalidade jurídica, destaca-se que a autoridade superior, se assim entender, poderá encaminhar os autos ao Ministério Público, fornecendo informações escritas sobre o fato, a autoria e as circunstâncias em que se deu a ocorrência, ao qual competirá a promoção da respectiva ação penal, como pontuado pelo pregoeiro.

h) Recursos: Não houve.

13. Observa-se que os prazos recursais se encontram vencidos pela preclusão temporal, em face do disposto no inciso XX do art. 4º da Lei nº 10.520/02, já que houve oportunidade e exercício de manifestação recursal contra os atos do Pregoeiro, **hipótese em que a lei autoriza a adjudicação do objeto licitado às empresas vencedoras.**

14. Destarte, evidencia-se que restaram atendidas as diretrizes da legislação correlata ao pregão e da Lei nº 8.666/93, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório, o que o torna legítimo e apto a produzir os efeitos legais necessários à formalização da contratação.

15. É importante registrar que, mesmo restando **desertos e fracassados os itens acima citados** na licitação, o procedimento licitatório foi marcado pela isonomia e probidade, tendo como norte a obtenção de preço mais vantajoso, bem como **transcorreu de forma regular**, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata da Sessão Pública (0747175). Desta forma, para resolução do fracasso da licitação tem-se as seguintes opções: repetição do certame licitatório ou contratação direta por dispensa de licitação.

16. Caso não haja prejuízo, em razão da demora, de outro procedimento licitatório, a Administração poderá pleitear a **repetição do certame**. Nesse caso específico a SAMES deverá se manifestar acerca da repetição do certame. Considerando as justificativas apresentadas pela unidade técnica solicitante da aquisição, **poderá** afigurar-



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

se inviável a repetição do certame sem o risco de prejuízos. Dessa forma, será analisada a possibilidade de contratação direta prevista no **inciso V do artigo 24 da Lei nº 8.666/93**, que trata de licitações desertas e fracassadas.

17. Sobre o tema, é importante observar o que preceitua o **referido dispositivo legal**, que estabelece ser **dispensável a licitação** quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração Pública, **mantidas**, nesse caso, todas as **condições preestabelecidas**.

18. O entendimento de que os casos de ausência de licitantes interessados a que alude o art. 24, V, da Lei nº 8.666/93 **abarca tanto as situações de licitações com itens desertos quanto às licitações com itens fracassados** ancora-se no escólio de Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, o qual afirma que “**não se pode acolher como interessado àquele que comparece sem ter condições jurídicas para contratar**” ou, ainda, aquele que “**formula proposta que não atende aos requisitos do ato convocatório, ou vem a ter desclassificada sua proposta**, na forma do art. 48 da Lei nº 8.666/93” (sem grifo no original).

19. A respeito da admissibilidade de aplicação da dispensa citada, veja-se abaixo o posicionamento da Corte de Contas Nacional com relação a este tema:

Observa a Unidade Técnica que, de fato, o autor citado entende como desinteresse pela licitação os casos de não acudirem licitantes, ou todos serem desqualificados ou nenhuma proposta classificada como se lê na sua obra *Direito Administrativo Brasileiro*, Malheiros, 26ª ed., p.264. No entanto, observa que a doutrina diferencia licitação deserta de fracassada, no dizer de Zanella Di Pietro, em *Direito Administrativo*, Atlas, 14ª ed., p. 313 e em face da divergência doutrinária procurar arrimo na jurisprudência prevalecente desta Corte de Contas onde se busca o fundamento jurídico último, a ratio juris do inciso V do art. 24 da Lei nº 8.666/1993, que é obstar a ocorrência de algum prejuízo à Administração por conta da injustificada repetição de um procedimento licitatório, autorizando-se a contratação direta quando a licitação anteriormente realizada, por razões alheias à ação do Poder Público, não logra êxito. Mesmo assim, defende que essa alegada possibilidade de ocorrência de prejuízo à Administração por conta da repetição do certame, assim como a presumível eliminação daquele prejuízo com a imediata contratação direta, ou mesmo por que não se iniciou o procedimento licitatório anteriormente, deverá estar convincentemente demonstrada por parte do órgão desejoso de contratar, visto ser isso o que inequivocamente deflui do preceito legal em comento ao aludir à licitação que, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração. **Acórdão 551/2002 Segunda Câmara (Relatório do Ministro Relator).**

20. Nesse contexto, essa dispensa estaria, ainda, respaldada nos princípios do interesse público, da economicidade e da eficiência, pois se a Administração efetivar todas as tentativas para obter sucesso em sua



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

licitação e, mesmo assim, esta não seja concretizada, o serviço público não pode ser prejudicado, sendo possível a aplicação da dispensa.

21. Ainda, conforme o magistério do doutrinador citado, a aplicação de dispensa de licitação capitulada no art. 24, V, da Lei nº 8.666/93, requer o atendimento de 05 (cinco) requisitos serem observados pela administração, se persistir interesse na aquisição/contratação:

- a) ocorrência de licitação anterior;
- b) ausência de interessados;
- c) risco de prejuízo caracterizado ou demasiadamente aumentado pela demora decorrente de processo licitatório;
- d) inevitabilidade do prejuízo mediante contratação direta e;
- e) manutenção das condições ofertadas no ato convocatório anterior.

22. Reforça-se que todos os requisitos deverão ser devidamente preenchidos e estar criteriosamente informados nos autos, de modo que se possa fundamentar a contratação direta.

23. Nesse sentido, escorado no entendimento ampliativo da Corte de Contas, **se assim entender a Administração**, há possibilidade jurídica de enquadrar a contratação pretendida sob o pálio do **art. 24, V, da Lei nº 8.666/93, ressaltando que a Administração deverá validar a existência de eventual prejuízo na espera de novo certame**. De toda forma, optando pela contratação direta, deverão ser observadas todas as condições estabelecidas no certame preambular, notadamente o preço estimado para a contratação. **A este respeito, Decisão TCU nº 103/1998 – Plenário e Acórdão TCU nº 2219/2010-Plenário.**

III – DA PETIÇÃO DE DESISTÊNCIA E CANCELAMENTO DO ITEM 16 DO PE 17/2021

24. A Lei de Licitações e Contratos Administrativo disciplina em seu art. 43, § 6º que não cabe a desistência da proposta após fase de habilitação, salvo por **motivo justo** decorrente de **fato superveniente** e **aceito pela Comissão**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

25. Em acréscimo, o art. 7º da Lei nº 10.520/2002 aduz que após a adjudicação o licitante deverá manter sua proposta, do contrário ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramentos de fornecedores, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, podendo ainda ser sancionado com base no edital e nas demais cominações legais.

26. Além disso, o Decreto 10.024/2019, que regula o Pregão Eletrônico, disciplina a possibilidade de desistência da proposta apenas até o momento da abertura da sessão, conforme § 6º do art. 26, *in verbis*:

§ 6º Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

27. É indubitável que a legislação sobre o tema permite a desistência de proposta em momento posterior a sessão pública do pregão eletrônico apenas se a empresa apresentar e comprovar a existência de um motivo justificado, oriundo de um fato superveniente, isto é, que não existia no momento da licitação. Ainda, a aceitação ou não da justificativa apresentada é ato discricionário da administração.

28. O Edital nº 17/2021 está condizente com as normas citadas, como se verifica em seus subtópicos:

5.1.2. Uma vez aberta a sessão, os licitantes acham-se **vinculados às suas propostas. Não serão aceitos pedidos de desistência de propostas**, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceitos pelo Pregoeiro.

(...)

7.8. Os lances apresentados e não excluídos pelo Pregoeiro **são de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração ou desistência dos lances efetuados**, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades previstas neste edital.

(...)

29. No caso em tela, a empresa SUELLEN BEZERRA SILVA, vencedora do item 16 do pregão em análise, após o encerramento do certame e remessa dos autos para homologação, apresentou pedido de desistência e cancelamento do item que lhe foi adjudicado, arguindo falhas de acesso ao sistema e que o fornecimento de apenas um item não seria viável devido a logística para entrega de apenas um item.

30. O pregoeiro, por meio da Informação nº 36/2021 – PRES/DG/SAOFC/COMAP/SLC, demonstrou que **a justificativa trazida aos autos não é justa**, pois o Edital traz em seu bojo a responsabilidade da licitante sobre sua proposta e seus lances, bem como cabe a ela operar o sistema adequadamente e assegurar seu acesso à internet durante o certame (4.1.7, 7.8 e 8.7.4 do Edital nº17/2021). Ademias, sobre a logística



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

complicada para entrega de apenas um item, o pregoeiro expõe que a adjudicatária deveria presumir a ocorrência desta situação, uma vez que o edital estabelece claramente em seu subtópico 1.1 que a licitação será “por item”.

31. No momento de oferecimento da proposta, a referida licitante assumiu a responsabilidade de atender todas as regras contidas no instrumento convocatório, impossibilitando a desistência da licitação por simples vontade. Isso porque a empresa vencedora participou da disputa, ofereceu seu melhor preço e demonstrou interesse em contratar com o poder público.

32. Diante disso, considerando a manifestação do pregoeiro (0750316), também considerando que a requerente não embasou seu pedido com provas, em observância ao princípio da vinculação do edital, do julgamento objetivo por item, por estarem expirados os prazos recursais e pelo encerramento da sessão, **a improcedência do pedido é a medida mais acertada**, pois ao aceitar justificativas da requerente este Tribunal suportaria o prejuízo decorrente da aquisição do produto não ser o melhor preço da licitação em comento.

33. É importante mencionar que a desistência por parte da empresa, sem justificativa, pode ser penalizada nos termos do art. 7º da Lei do Pregão e/ ou dos incisos do art. 87 da LCC.

IV – DA CONCLUSÃO

34. Ante o exposto, e por tudo o que dos autos consta, esta Assessoria Jurídica opina pela **homologação do certame**, nos exatos contornos do Termo de Adjudicação (**0747182**), com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei nº 10.520/02, nos moldes já especificados.

35. No tocante a petição juntada aos eventos 0750314 e 0750315, tendo em vista a manifestação do pregoeiro (0750316), esta AJDG manifesta-se no sentido de que a Autoridade competente, após avaliar os fatos descritos nos autos, **poderá indefirir o pedido de desistência da proposta** apresentado pela empresa SUELLEN BEZERRA SILVA, CNPJ 35.842.972/0001-08, com fundamento no **art. 26, § 6º, do Decreto 10.024/2019 c/c art. 43, § 6º da Lei nº 8.666/93**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

36. Cabe registrar que, caso não seja esse o entendimento da Autoridade Superior, os autos poderão ser remetidos à SLC para retorno de fase, abertura de prazo, convocação do próximo colocado e emissão de ata complementar.

37. Reafirmar-se a possibilidade de a Administração, caso entenda necessário, optar pela contratação direta dos itens fracassados com base no **art. 24, V, da Lei nº 8.666/93**, ou realizar o cadastramento dos itens específicos no Sistema COMPRASNET para recebimento de aviso de IRP de outros órgãos, ou ainda, se assim convier, a construção de um novo certame para os objetos dos itens deserto e fracassados.

38. A Administração deverá **justificar** a necessidade da contratação imediata ou se a repetição do certame poderá acarretar eventual prejuízo ao andamento dos serviços. Ademais, recomenda-se que o Administrador investigue as causas pelas quais a disputa não logrou êxito com objetivo de apurar, por exemplo, falhas na elaboração do edital, nas especificações do objeto, ou na pesquisa de preços realizada.

Submete-se à consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **MAIARA SALES DO CASAL**, Analista Judiciário, em 21/10/2021, às 14:05, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, Assessor Jurídico da Diretoria Geral, em 21/10/2021, às 14:05, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0753212** e o código CRC **57C7E420**.

0000588-13.2021.6.22.8000

PROCESSO: 0000588-13.2021.6.22.8000



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

INTERESSADO: SEÇÃO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E SOCIAL

ASSUNTO: Homologação do Pregão Eletrônico n. 17/2021 - contratação de pessoa jurídica para fornecimento de material de consumo farmacológico.

DESPACHO Nº 1468 / 2021 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo instaurado por solicitação da Seção de Assistência Médica e Social – SAMES, com o objetivo de eventual **aquisição de material de consumo farmacológico**, por via Sistema de Registro de Preços, a fim de atender as demandas de atendimento direto aos beneficiários da SAMES ([0656142](#)).

Depois de realizado o certame, Pregão n. 17/2021 ([0739998](#)), os autos foram remetidos à Assessoria Jurídica desta Diretoria-Geral para análise com vistas à homologação ([0748090](#) e [0750319](#)).

Mediante o Parecer Jurídico nº 182/2021 ([0753212](#)), a AJDG, opinou, em síntese, pela homologação do certame, nos exatos contornos do Termo de Adjudicação ([0747182](#)), com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei nº 10.520/02 e pela possibilidade de a Administração, caso entenda necessário, optar pela contratação direta dos itens desertos e dos itens fracassados, com base no art. 24, V, da Lei nº 8.666/93, ou realizar o cadastramento dos itens específicos no Sistema COMPRASNET para recebimento de aviso de IRP de outros órgãos, ressaltando que a Administração deverá **justificar** a necessidade da contratação imediata ou se a repetição do certame poderá acarretar eventual prejuízo ao andamento dos serviços.

Além disso, a AJDG opinou pela não desconsideração da personalidade jurídica de uma das vencedoras do certame (**EREFARMA PRODUTOS PARA SAUDE EIRELI**), em razão de alerta sistêmico de ocorrência impeditiva indireta, por não haver irregularidade na sua habilitação no procedimento em análise. Por fim, no tocante à petição de desistência de proposta ofertada pela empresa SUELLEN BEZERRA SILVA, vencedora do item 16 do pregão em questão ([0750314/0750316](#)), considerando-se a expiração dos prazos recursais e encerramento da sessão, opinou pela improcedência do pedido.

Vieram os autos a esta Diretoria-Geral, para análise final do processo licitatório, com vistas à homologação do Pregão Eletrônico nº 17/2021 ([0739998](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

O Pregoeiro trouxe aos autos relatório de propostas ([0745885](#)), a Ata do Certame ([0747175](#)), termo de adjudicação ([0747182](#)) e publicação do resultado no Diário Oficial da União e no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral ([0748082](#)). Por fim juntou o Relatório nº 36/2021 - PRES/DG/SAOFC/COMAP/SLC ([0748083](#)), expondo as principais ocorrências do certame e encaminhou os autos à Assessoria Jurídica desta Diretoria-Geral para análise.

Não houve pedidos de esclarecimentos, impugnação ao edital, desclassificação de propostas ofertadas ou intenção de recurso.

Cumpridas as fases de julgamento de propostas e habilitação, o Pregoeiro declarou vencedoras do certame as licitantes: 14.080.830/0001-80 - **FARMA TOP MEDICAMENTOS EIRELI**, itens 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 17, 20 e 21, valor total R\$ 7.401,30; 15.439.366/0001-39 - **EREFARMA PRODUTOS PARA SAUDE EIRELI**, itens 3, 4, 13, 18, 19, 22, 26, 28, 29, 33, 35, 37, 38, 39, 40, 41, 44 e 49, valor total R\$ 5.124,63; 35.842.972/0001-08 - **SUELLEN BEZERRA SILVA**, item 16, valor total R\$ 925,00; 37.374.797/0001-05 - **PONTOMEDI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA**, itens 24, 25, 27, 31, 34, 36, 47, 48, 51 e 53, valor total R\$ 14.188,80. Os itens 2, 15, 23, 32, 42, 50, 52 e 54 restaram **desertos**. Os itens 1, 30, 43, 45, 46 e 55 restaram **fracassados**. Não havendo registro de intenção de recurso, o Pregoeiro adjudicou o objeto às vencedoras. Valor global adjudicado R\$ 27.639,73 (vinte e sete mil seiscentos e trinta e nove reais e setenta e três centavos).

No curso do processamento do presente procedimento, duas questões surgiram que merecem análise pontual, quais sejam, a questão relacionada ao alerta sistêmico sobre eventual ocorrência impeditiva indireta da empresa **EREFARMA PRODUTOS PARA SAUDE EIRELI** e a questão relativa ao peticionamento de desistência de proposta ofertada pela empresa **SUELLEN BEZERRA SILVA**, vencedora do item 16 do pregão em análise ([0750314](#)).

Sobre a primeira questão, o que se tem é que o sistema SICAF emitiu alerta de ocorrência impedimento indireta da licitante **EREFARMA PRODUTOS PARA SAUDE EIRELI**, CNPJ 15.439.366/0001-39 ([0747108](#)), que poderia ter relacionamento indireto com a empresa **APOTEK COMERCIAL EIRELI** (03.362.758/0001-68), esta com registro de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública desde 13/11/2012.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Contudo, toda a situação restou amplamente analisada pelo pregoeiro em seu relatório juntado ao evento n. [0748083](#), informações estas ratificadas no parecer da AJDG (item 12) quando analisada sob o ponto de vista jurídico ([0753212](#)), onde ambas as unidades, acertadamente, concluíram que as informações de alerta são meros indícios de impedimento, mas que sozinhos não são suficientes para afastar a licitante EREFARMA do certame.

Sendo assim, o que se conclui é que não há elementos suficientes para configurar possível tentativa de burla à penalidade de declaração de inidoneidade aplicada à empresa APOTEK COMERCIAL EIRELI, por intermédio da constituição da licitante citada. Assim, não há indícios concretos de fraude capaz de promover a desconsideração da personalidade jurídica da empresa licitante, nem, conseqüentemente, de obstar o andamento regular do certame ventilado.

No que diz respeito ao peticionamento de desistência de proposta pela empresa SUELLEN BEZERRA SILVA, vencedora do item 16 do pregão em análise ([0750314](#)), tendo em vista o encerramento da fase de lances e, mais especificamente o encerramento do certame e adjudicação do objeto, não há espaço para o deferimento do pedido demandado, tendo em vista expressa disposição editalícia, uma vez que o licitante responsabiliza-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, salvo comprovado motivo, o que não é o caso, devendo a licitante cumprir com a entrega do item nos termos ofertados e já adjudicado.

Superadas as duas questões acima, constata-se que foram obedecidos os procedimentos das Leis n. 8.666/93 e n. 10.520/2002 e do Decreto n. 10.024/2019, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório.

Verifica-se que, embora tenham restados desertos e fracassados os itens supramencionados, o procedimento transcorreu de forma regular, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata do Pregão Eletrônico ([0747175](#)).

Em razão do exposto, **deixo de promover a desconsideração da personalidade jurídica** da Empresa EREFARMA PRODUTOS PARA SAUDE EIRELI, CNPJ 15.439.366/0001-39, ante a ausência de indícios concretos de fraude, bem como **indefiro o pedido de desistência da proposta** apresentado pela empresa SUELLEN BEZERRA SILVA, CNPJ 35.842.972/0001-08, com fundamento no **art. 26, § 6º, do**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Decreto 10.024/2019 c/c art. 43, § 6º da Lei nº 8.666/93 e, pela competência delegada pelo inciso V do art. 1º da Portaria GP n. 66/2018, **HOMOLOGO O PREGÃO ELETRÔNICO TRE-RO n. 17/2021**, com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei nº 10.520/02, consoante Termo de Adjudicação ([0747182](#)).

Efetuada a homologação do Pregão no Sistema Comprasnet, à SLC para juntar o extrato de homologação nos presentes autos.

À SAMES para se manifestar sobre a contratação direta do item deserto (itens 2, 15, 23, 32, 42, 50, 52 e 54) e dos itens fracassado (1, 30, 43, 45, 46 e 55), com base no art. 24, V, da Lei nº 8.666/93, **demonstrando a existência de eventual prejuízo na espera de novo certame** ou realizar o cadastramento dos referidos itens no Sistema COMPRASNET para recebimento de aviso de IRP de outros órgãos, conforme recomendação contida nos itens 26 e 27 do Parecer Jurídico nº 182/2021 ([0753212](#)).

Por fim, devolvam-se os autos à Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade - SAOFC para continuidade dos procedimentos necessários à contratação.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

LOPES, Diretora Geral, em 03/11/2021, às 17:53, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0754337** e o código CRC **29A4BF8A**.